

A literatura infantojuvenil e o mercado editorial brasileiro contemporâneo: (re) definindo protagonismos

Aline Cesar Carvalho¹

Mônica de Menezes Santos²

Desde muito cedo, somos apresentados a uma literatura cujo referencial europeu privilegia não apenas uma região geográfica em detrimento de outras, mas, principalmente, uma determinada visão de mundo, uma representação única de humanidade e uma figuração excludente de beleza.

Por muito tempo, contar histórias da África significou contar uma única história. Uma história cercada de miséria, fome e sofrimento, narrada com base em ideais provenientes do olhar do branco colonizador. Similarmente, as referências aos nossos povos originários indígenas repetidamente veiculavam descrições estereotipadas e maniqueístas. As manifestações literárias brasileiras resumiram as manifestações artísticas e culturais das populações indígenas e negras a representações folclorizadas, numa tentativa de atribuir à realidade cultural desses povos um caráter exótico e que pertencia sempre a esse outro “muito distante de nós”. Além de passar uma falsa ideia acerca dos conflitos sociais, raciais e políticos vividos por esses indivíduos inseridos num modelo brancocêntrico, folclorizá-los esvaziava qualquer carga transformadora que a sua cultura pudesse ter

Pensar sobre as representações em torno da negritude na literatura implica perceber como o contexto histórico imposto aos africanos e afrodescendentes significou subalternizá-los, inclusive por meio de personificações estereotipadas que dessem conta de demarcar os lugares sociais possíveis – e impossíveis – para o sujeito negro. Maria Anória de Oliveira (2003), ao estudar livros infantojuvenis publicados entre 1979 e 1989 que tematizam a negritude, estabeleceu três características que se repetem nas representações analisadas, sendo elas: 1) a animalização e associação à sujeira e feiura; 2) a ridicularização e humilhação do negro; e 3) a utilização de piadas explicitamente racistas. Percebemos, dessa forma, como as representações em torno do ser negro estiveram a serviço do longo processo de branqueamento consolidado por meio das narrativas clássicas.

A alienação sobre a autoimagem negra criada pelos processos de dominação

¹ Mestra e Doutoranda em Literatura e Cultura no Programa de Pós-graduação vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLitCult). Graduada em Letras pela UFBA.

² Professora Adjunta de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Bahia, atuando na Graduação e Pós-Graduação (PROFLETRAS e PPGLitCult). Doutora em Letras pela UFBA.

determinou o que é aceito e o que é excluído, de forma que predominasse o socialmente desejado. Seja por meio das políticas de espaço e exclusão ou das políticas de corpo e cabelo, as escolhas estéticas daqueles que optam por manterem seus cabelos crespos como símbolo de afirmação e empoderamento se veem cotidianamente alvo de olhares e julgamentos racistas.

Mesmo com os avanços provenientes das audíveis solicitações dos movimentos sociais, como o feminismo negro, e a produção crescente de bens de consumo que atendem ao universo da negritude e o exalta, seja no setor da moda, beleza, e/ou produção cultural – resultantes de uma percepção tardia por parte do mercado de que essa constante demanda advém de um público consumidor com enorme potencial de lucro, o que levou a estrutura capitalista a movimentar de imediato as suas engrenagens.

Ocidentalmente, cabelo e corpo representam marcas culturais. Ao falarmos sobre esses traços, nos aproximamos da discussão sobre a construção da identidade negra, que, como qualquer processo identitário, se inicia com o olhar sobre si mesmo e se estende ao contato com o outro, com as significações expressas nas diferenças, nos conflitos e nos diálogos. O que nos leva a refletir sobre como essa identidade se constrói no plano simbólico numa sociedade marcadamente racista. O racismo é uma aprendizagem que vai da família às demais relações sociais, perpassando vários discursos.

Falar sobre racismo no Brasil, como nos ensina Djamila Ribeiro (2019), expoente escritora feminista negra, é realizar um debate estrutural que deve ser pensado de forma a entender como o sistema racista em que vivemos beneficiou por toda a história a população branca, ao passo que privou a população negra do acesso a direitos básicos e contribuiu para a manutenção da mentalidade “casa-grande e senzala”, que se atualiza com o passar dos anos, ditando os espaços sociais possíveis ao trânsito desses sujeitos.

Considerando que aproximadamente 56% da população brasileira é negra, o que torna o Brasil a maior população negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deve, no mínimo, nos fazer refletir sobre os privilégios que acompanham o fenótipo branco, bem como de que maneiras o discurso de negação do racismo no Brasil atualiza o mito da democracia racial e repercute negativamente não apenas na efetivação de medidas combativas às violências raciais, mas também incide sobre os modos de criação e difusão literária.

Em 1959, as Nações Unidas formularam o documento que inspiraria a elaboração de medidas de promoção aos direitos das crianças. A Declaração Universal dos Direitos da Criança versa sobre a importância da garantia de direitos, como a sobrevivência, a proteção, o desenvolvimento, e princípios como a universalidade, a objetividade e a igualdade serem

atrelados à vida das crianças. Em 1990, no Brasil, se estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, cujos princípios baseados na Convenção das Nações Unidas tornam-se referência no que tange aos direitos da criança.

A realidade vivida por inúmeras crianças e jovens brasileiros mostra, no entanto, que muitos dos direitos previstos e garantidos por lei ainda são violados nos mais diversos espaços sociais, incluindo a escola e a família, tanto no que se refere ao acesso à moradia, quanto à alimentação e à educação. Muitas crianças permanecem inseridas em um sistema desproporcional de distribuição de renda, proveniente de um histórico de exclusão e oportunidades negadas, o que as leva à evasão escolar, ao trabalho infantil, e – falando das crianças não-brancas – à exposição ao racismo cotidiano, velado ou escancarado, por pertencerem a uma cultura, raça e/ou religião consideradas não hegemônicas.

Conforme nos conta bell hooks, a teoria feminista ao questionar as estruturas sociais misóginas e universalizar a categoria em torno da ‘mulher’ precisou ir além e entender que aquilo que liam não podia ser entendido, ou quando era entendido, não tinha ligação com as realidades vividas para além da sala de aula devido ao abismo entre teoria e prática. Segundo hooks, falhando na criação de um movimento de massa para ensinar a todos sobre feminismo, permitiremos que imagens negativas que pretendem deslegitimar o movimento em prol da libertação feminina continuem sendo veiculadas. O que explica a preocupação da autora em escrever obras literárias voltadas exclusivamente para o empoderamento na infância. O feminismo negro quebrou os silêncios e descortinou as hierarquizações de eixos de opressão ao levantar questões acerca dos processos de apagamento que resultam do racismo estrutural, e que vão desde as políticas de espaço e exclusão às políticas do corpo e do cabelo.

Diante do acima exposto, quando aqui se discute literatura infantojuvenil e o mercado editorial brasileiro contemporâneo, não se pretende apenas debater acerca da necessidade de serem criadas novas formas de representação que alcancem grupos racializados, mas sim de possibilitar que vivências e, consequentemente, escritas divergentes venham à cena. Esse mercado que, até meados dos anos 80, tinha como foco apenas os consumidores brancos, o que chamaremos de racismo econômico, também se deu conta da necessidade de passar por alterações quando se confrontou com editoras independentes e com um público leitor e consumidor que demanda por representatividade. Muitas autoras publicaram suas obras confrontando o patente desafio ao arquivo literário oficial.

Ainda que de maneira lenta, os movimentos sociais feministas e antirracistas promoveram o início de debates em torno das representações femininas e da negritude na literatura e no terreno cultural como um todo. O que promoveu um processo de discussão

sobre as obras que circulam nas escolas e uma política de inserção de representações outras acerca da negritude. A necessidade de buscar uma identidade cultural até então perdida, escancarando urgência de uma prática antirracista e demarcando a necessidade de igualdade de oportunidades de modo que seja garantido à população negra brasileira igualdade de direitos e oportunidades, bem como possuir uma cultura que deva ser valorizada. As conquistas obtidas devem ser vistas, portanto, como resultado das lutas dos movimentos sociais, de educadores e de todos que se mantêm ativos na busca pela superação da desigualdade racial, de gênero e de classes que incidem sobre as diferenças.

A literatura como espaço ficcional e discursivo mostrou-se uma das mais importantes maneiras de propagar discursos afirmativos e conferir a crianças e jovens negros de todas as idades a possibilidade de se sentirem representados por meio de personagens que lhes permitam realizar-se como sujeitos no mundo. A promulgação da lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituídas pela resolução 01, de 17 de março de 2004, foram medidas essenciais para o alargamento e divulgação de assuntos relativos aos povos africanos, guiando a instauração de ações continuadas que objetivaram preparar professores e educadores para a abordagem dessas obras em sala de aula.

Antes da promulgação da referida lei, as publicações literárias infantojuvenis que tratavam de temáticas antirracistas, geralmente publicadas por editoras especializadas e de pequeno porte, encontravam diversos entraves operacionais e financeiros tanto para serem publicadas quanto para que os livros publicados fossem distribuídos, conforme aponta Daniela Galdino Nascimento (2019), em sua tese de doutoramento que trata das confluências da lei 10.639/03, a aprovação dessa lei foi um marco na reorganização da cadeia produtiva do livro no Brasil.

Mesmo com a abertura, ainda que pequena ainda, do mercado, sabemos que autores negros ainda são pouco lidos e pouco publicados. A predominância das grandes editoras nos acervos literários torna desafiadora a busca pela democratização do acesso aos programas de incentivo à leitura e urgente a necessidade de persistir na modificação das dinâmicas de análise e de escolha de obras literárias negras e periféricas, principalmente no que se refere às obras que vão para às escolas.

Ao entender a escola enquanto um dos espaços necessários ao trânsito livre de ideias e à pluralidade de escolhas, é preciso defender a concessão de condições igualitárias de acesso a uma educação de qualidade. Na busca por mudanças nesse sentido, faz-se necessário percebermos como as desigualdades foram naturalizadas, bem como entender o impacto

subjetivo desses processos na vida e no cotidiano dos jovens dentro e fora da escola e, principalmente, nos posicionar contra os processos de colonização.

É preciso, ainda, interrogar todos os espaços de formulação do saber, a exemplo da Academia, como pesquisadores e críticos literário, de modo a respondermos ao questionamento que nos interpela sobre de que modo estamos contribuindo para que numa sociedade de maioria negra apenas um grupo continue dominando a formulação do saber. Não há a possibilidade de ser benéfico para uma sociedade o desconhecimento da história dos povos que a constituíram.

Se as pessoas negras visualizam desde a infância imagens negativas sobre si mesmas, que processo de olhar lhes permitirá reagir a essas imagens que ainda tentam desumanizar e colonizar? Privilégios sociais implicam em privilégios epistêmicos que devem ser combatidos para que a história não continue sendo contada apenas pelo ponto de vista hegemônico. Se a maioria de nós é negra, as elaborações de intelectuais e autores negros devem ser lidas, debatidas e citadas.

Por sermos vistos como diferentes e por essa diferença ser considerada problemática, ficamos de fora das estruturas de poder. Esse é o racismo estrutural, institucional, acadêmico, do dia a dia etc. [...] Quando um sistema está habituado a definir tudo, a bloquear os espaços e narrativas, e nós, a partir de um processo de descolonização, começamos a adentrar esses espaços, começamos a narrar e trazer conhecimentos que nunca estiveram presentes nesses lugares, claro que isso é vivenciado como algo ameaçador. (RIBEIRO, 2018, p. 112)

Nas palavras de bell hooks, “aprender sobre outros grupos e escrever sobre o que nós aprendemos pode ser uma maneira de desaprender o racismo, de desafiar as estruturas de dominação” (hooks, 2019, p. 299). Um exemplo de como o racismo gera silenciamento é trazido por Djamila Ribeiro, em seu livro intitulado *Quem tem medo do feminismo negro?*, quando escreve que não tinha consciência de si mesma em sua infância e adolescência. Ela conta como desconhecia os motivos da sua vergonha em levantar a mão quando a professora fazia uma pergunta já supondo que ela não saberia a resposta.

[...] todo dia eu tinha que ouvir piadas envolvendo meu cabelo e a cor da minha pele. Lembro que nas aulas de história sentia a orelha queimar com aquela narrativa que reduzia os negros à escravidão, como se não tivessem um passado na África, como se não houvesse existido resistência. Quando aparecia a figura de uma mulher escravizada na cartilha ou no livro, sabia que viriam comentários como “olha a mãe da Djamila aí”. Eu odiava essas aulas ou qualquer menção ao passado escravocrata, me encolhia na carteira tentando me esconder (RIBEIRO, 2018, p. 8)

Enquanto em casa a menina Djamila era falante, gostava de receber atenção e soltava

seus cabelos crespos, na escola o sentimento de estranheza a levava a se esforçar para não ser notada. O forte relato da escritora sobre a constante sensação de não pertencimento que por muito tempo a perseguiu mostra o doloroso processo envolvido no despertar para o entendimento da existência de uma máscara que cala não apenas a voz, mas também a existência das meninas negras. O projeto colonial de impor o silêncio às pessoas negras diz muito sobre a impossibilidade de existir socialmente como sujeitos. É sobre esse mesmo silêncio que bell hooks (2019) se refere ao descrever a sua infância. Em *Erguer a voz*, a escritora descreve como encontrar a sua voz e utilizá-la como um direito inato foi um processo difícil marcado pelo constante medo de se manifestar, já que, como descreve, sua mãe não era uma mulher de fala corajosa e fez de tudo para silenciá-la. Dizer o que pensava e usar sua voz para denunciar opressões era considerado inadequado, mesmo num ambiente familiar cercado de mulheres negras de fala barulhenta.

A jovem Glória Jean, nome de batismo de bell hooks, que adotou o pseudônimo como escritora, era silenciada não apenas por ser negra, mas também por ser mulher. Ser uma mulher de fala corajosa era e ainda é visto como uma ameaça. A teoria se mostrou um lugar de cura para hooks por lhe possibilitar pensar criticamente, explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Enquanto mulher, professora, escritora e intelectual negra, ela passou a refletir sobre a deslegitimação dos trabalhos de mulheres negras nos currículos acadêmicos. Foi na escrita que bell hooks encontrou um espaço para falar. Escrever para a autora tornou-se a única maneira de “capturar, agarrar a fala e mantê-la por perto” (hooks, 2019, p. 33).

Se para hooks o caminho foi escrever, para Djamila Ribeiro ler escritoras negras foi o que permitiu redescobrir sua força. Em contato com os escritos de bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Alice Walker, Toni Morrison, ela conseguiu falar e se enxergar por outras perspectivas. É a partir do posicionamento e das falas altivas dessas e de outras escritoras negras que muitas mulheres têm encontrado na literatura uma forma de resinificar a sua relação consigo mesmas. Conceição Evaristo, outra voz que nos é tão cara nessa conversa, nos diz justamente sobre a potência existente na autorrepresentação presente na escrita feminina negra.

Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida. (EVARISTO, 2005, p. 54)

Tornando-se sujeitas, as mulheres negras reivindicam as histórias sobre o seu povo

para que as próximas gerações não percorram os dolorosos caminhos aqui descritos até que formem a sua autoestima. Possibilitar uma autoimagem positiva desde a infância propicia o resgate de raízes culturais, artísticas, afetivas e a construção de um mundo em que as diferenças não sejam relacionadas a desigualdades. Nas palavras de Chimamanda Adichie: “Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” (ADICHIE, 2009, p. 5).

A partir dos anos 1990 é possível notar, no campo editorial, uma relativa abertura no que se refere à diversidade presente nas produções editoriais disponibilizadas ao público, acompanhando as demandas advindas dos debates feministas e antirracistas que borbulhavam e promoviam um público muito mais consciente e crítico. Editoras especializadas se empenharam em promover a ampliação de leitores por meio da representatividade, lutando contra as dificuldades de acesso ao mercado e publicando livros de autoria feminina e negra, posicionando-se a contrapelo do mercado de modo a expor e preencher lacunas através de iniciativas editoriais que não eram movidas exclusivamente por ditames mercadológicos.

Editoras especializadas têm se empenhado em promover a ampliação de leitores por meio da diversidade e da representatividade, lutando contra as dificuldades de acesso ao mercado e publicando livros de autoria negra. É o caso da Editora Malê, cujos esforços têm sido direcionados em montar um acervo de literatura negra; da Mazza Edições, que já completa seus 36 anos no mercado editorial com mais de 100 livros publicados, consagrando-se como uma das editoras especializadas em literatura afro-brasileira mais antigas do Brasil; e da Padê Editorial, criada em 2015 por Tatiana Nascimento, que publica livros artesanais de autoras negras, periféricas, lésbicas, travestis e pessoas trans. Preciso mencionar também a livraria itinerante idealizada por Luciana Bento, que dá vida ao projeto intitulado “100 livros infantis com meninas negras”, o qual hoje já ultrapassa a marca de 130 títulos reunidos.

A lista catalogada por Bento, que explicita, a importância de uma prática literária e editorial antirracista, está repleta de princesas, guerreiras, meninas curiosas e profissionais bem-sucedidas. São livros nos quais a negritude é performada em pleno protagonismo, sendo que um dos tracos salientados é justamente a beleza dos cabelos, penteados e corpos negros. Nas palavras de Berth (2018): Parece-me, então, muito coerente os discursos e narrativas de enfrentamento do racismo vigente que exaltam os cabelos como elemento do orgulho racial, pois amá-lo significa cuspir de volta para a boca do sistema racista todas as ofensas, rejeições, exclusões que nos são direcionadas ao longo de uma vida. (BERTH, 2018, p. 95)

Como exemplo de obra representativa dessa tendência de publicação do mercado editorial contemporâneo, o livro *Meu crespo é de rainha*, de autoria da teórica feminista estadunidense bell hooks. Com edição brasileira lançada em 2018 pela Boitatá, a escritora se lança no mundo literário infantojuvenil contemporâneo com uma obra que celebra a beleza dos cabelos crespos e cacheados e enaltece a diversidade dos penteados e texturas afro.

A primeira frase do livro faz um chamado cheio de carinho mostrando a quem a obra literária se destina: “Menininha do cabelo lindo e de cheiro doce, macio como algodão, pétala de flor ondulada e fofa, cheio de chamego e de aconchego”. Desde a primeira página, o leitor percebe que a narrativa se desenvolverá a partir da atribuição de características positivas aos cabelos das meninas negras, que vão desde as sensações olfativas e do toque até a relação do cabelo com a afetividade, por meio de uma escrita que se espalha ao longo das páginas e que se mistura com as ilustrações de Chris Raschka, ilustrador, violinista e escritor americano escolhido para ilustrar a obra.

Respondendo ao feminismo negro, que marca a importância da autodefinição numa sociedade que persiste subordinando mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, gênero, classe e sexualidade, essa obra literária busca empoderar meninas negras. A perspectiva autodefinida com que hooks descreve os cabelos crespos e cacheados associa-os com a coroa, um símbolo comumente atrelado a princesas que não incluem a negritude nesse papel de protagonismo. Assim, a autora reelabora os lugares do encantamento permitindo que as meninas negras descubram a existência de rainhas e princesas que sempre existiram em países africanos. A afirmação que dá nome à obra reafirma que o cabelo crespo das meninas negras, assim como os seus traços culturais e físicos, são heranças desse legado da realeza.

O cabelo é uma linguagem e, como tal, pode ser pensado como um signo. Esse mesmo cabelo crespo que, historicamente, foi alvo da atribuição de diversos adjetivos e expressões pejorativas é exaltado por meio da apropriação do termo “pixaim”, comumente utilizado para depreciar e que é, na narrativa, utilizado para reafirmar. A literatura se torna, em obras como essa, um espaço seguro que permite às meninas negras a propagação de imagens positivas capazes de resignificar o imaginário e promover uma experiência de leitura que lhes permitirá explorar ludicamente a linguagem e representações dissonantes.

A centralidade da edição é um elemento definidor do imaginário social e a construção discursiva brasileira encobriu ancestralidades que não eram desejadas e protagonismos que deveriam ser impedidos. É sabido que não foi simples que mudanças sociais tão importantes ocorressem, mas, para tanto, foram necessárias mudanças econômicas e legais para que tal atuação fosse possível a uma mulher, e – mais ainda – a uma mulher negra, a exemplo de

Maria Mazzarello, fundadora da Mazza Edições, casa editorial que ao longo de mais de quarenta anos de pioneirismo e resistência leva a cultura brasileira e afro-brasileira aos seus leitores de todas as idades.

Além dela outras surgiram, como a ÔZé Editora, a Jujuba Editorial, a Quintal Edições, a Editora Malê, a Paralelo 13S... para citar apenas algumas editoras contemporâneas cuja prática editorial tem proposto a ampliação dos espaços de publicação e a promoção de leitores por meio da diversidade e da representatividade. Autoras negras e femininas têm lutado contra as dificuldades de acesso ao mercado

e publicado obras cujas narrativas e personificações permitem aos leitores enxergarem espaços diferentes de onde se olha e se constrói o mundo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ÀRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. *Lei 10.639/03 de 9 de Janeiro de 2003*. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília 2003. Disponível em: . Acesso em 18/09/2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

hooks, bell. *O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. *Meu Crespo é de rainha*. Trad. Nina Rizzi. São Paulo: Boitatá, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

|
|